

**Custódia de Souza: mulher, "qualidade de cor", alforria e mobilidade social (Rio de Janeiro, Jacutinga, 1786-1815)**

**MOISÉS PEIXOTO\***

### **RESUMO**

O trabalho analisa fragmentos da trajetória da cativa Custódia, moradora da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, localizada ao fundo da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, entre os anos 1780-1814. Através da trajetória da cativa aludida, busco perceber as possibilidades de mobilidade social, inclusive alforrias, de mulheres escravas em áreas rurais, sobretudo por escapar da lógica urbana, tão evocada quando se refere à possibilidade de ascensão social das escravas. Assim, o percurso de Custódia possibilita pensarmos as estratégias utilizadas por ela e outras mulheres, diante das incertezas inerentes à escravidão em uma região que tinha sua economia atrelada à produção de alimentos e à rede comercial através dos rios da região que a ligavam à cidade do Rio de Janeiro. Nesta perspectiva, portanto, as mulheres escravas tiveram importância crucial, muito além dos serviços de portas adentro usualmente realizado por elas na sociedade colonial/imperial.

\*\*\*

Ao preparar seu testamento em 1815, o coronel Antônio de Pina libertou, com a condição de acompanhá-lo até a morte, 24 cativos, 12 homens e 12 mulheres. Deste total, oito eram filhos de Custódia, escrava de sua falecida mulher Úrsula Jacinta de Castilho e que agora pertencia a ele. Apesar de seu senhor alforriar a mesma quantidade de homens e mulheres, muita tinta ele gastou para justificar suas alforrias dizendo “por ser filho de Custódia”. Em 1815, a *herança imaterial* que a cativa legara a seus filhos ainda falava (LEVI, 2000), pois, o mencionado coronel, então viúvo, no momento de preparação de uma carta anexada ao testamento, alforriou e deixou legados financeiros para os filhos de sua escrava, porém ela já havia falecido e sua proprietária também.

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ- PPGHIS.

Dona Úrsula era um dos cinco filhos de dona Inácia Maria de Tavares, viúva do Sargento Francisco Sanches de Castilhos, portanto uma família respeitada no Recôncavo da Guanabara, com terras na Freguesia de Nossa senhora da Ajuda de Guapy, moradas de casas na cidade do Rio de Janeiro, no “Carmo” e braças de terras em Jacutinga. Os testamenteiros da moribunda foram Dona Inácia de Castilho, filha, Inácio Sanches de Castilho, filho, e Francisco José Sanches, afilhado. Dona Inácia faleceu em 14 de outubro de 1786 (ACDNI-LOLJ).

Não se sabe como Custódia chegou a Santo Antônio de Jacutinga, quiçá pertencia aos pais de sua proprietária e tenha entrado na partilha dos bens destinados à Dona Úrsula após o falecimento de sua mãe, Dona Inácia, ou tenha sido adquirida no mercado do Rio de Janeiro por algum senhor do Recôncavo que tenha repassado a cativa à sua senhora. Contudo, seja como for, na pesquisa em questão, Custódia aparece em 1786 no registro de óbito de seu marido, o pardo forro, Manoel da Silva, neste momento ela é identificada como escrava de Dona Úrsula Jacinta de Castilho, esposa de Antônio de Pina (ACDNI-LOEJ). Portadora de recursos como todos os vassallos da sociedade colonial/imperial, percebe-se que, no jogo das *estratégias*, sem ter total *racionalidade* das possibilidades, a cativa buscou meios de sobreviver diante das incertezas que vigiam naquela sociedade e, conseqüentemente, ascender socialmente pelas fendas estruturais existentes (BARTH, 1981; LEVI, 2000). Destarte, uma destas foi o casamento, no caso dela, com pessoa de *status* superior ao seu, o pardo forro Manoel da Silva. Inclusive, no óbito de Manoel não tem a causa de sua morte, talvez, sua idade fosse avançada. No Rio de Janeiro a historiografia tem indicado que os senhores mais velhos controlavam o *mercado matrimonial* (FLORENTINO e GÓES, 1997). Para a cativa, casar com alguém que já conhecia as incertezas e os ditames desta sociedade, possibilitava maior segurança, soma-se a isso que, em sociedade com traços de Antigo Regime, apesar das plasticidades nos relacionamentos, sobretudo no Brasil colonial/imperial, uma cativa casar com um forro era, na verdade, grande passo, principalmente se este forro fosse pardo (FRAGOSO, 2007, pp.33-120; GUEDES, 2008, pp. 80-90).

Em que pesem as lacunas do *corpus* documental, não encontrei nascituros oriundos deste relacionamento. Seria uma opção da cativa e/ou do marido? Pode ser. Ademais, não obstante ser pardo forro, o parto seguia o ventre e, neste caso, filhos nascidos deste relacionamento seriam cativos. Seja como for, o tempo passou e ao ficar viúva, Custódia

lançou-se ao *mercado matrimonial* de novo, e seguiu trabalhando como cativa de Dona Úrsula, talvez nos engenhos de farinha de sua proprietária, pois, apesar de seu marido ser dono de engenho de açúcar, Dona Úrsula era conhecida como produtora e vendedora de farinha de mandioca em Jacutinga<sup>†</sup>. Seja qual for a atividade que tenha trabalhado, Custódia teve êxito, inclusive no relacionamento com sua senhora, pois recebeu dela a promessa de liberdade( Testamento de Antônio de Pina- ANRJ).

Não há como precisar a data, mas a cativa casa de novo com um pardo, dessa vez escravo, Antônio Joaquim, e concebe Francisco Pereira (não consegui encontrar a data de seu batismo), em 15 de agosto de 1792 leva o segundo filho, Manoel, para ser batizado na matriz de Jacutinga, no assento o vigário Manoel Pinto de Pinho, à revelia dela ser preta, registra-a como crioula. Ademais, deve-se salientar que, neste momento, a cativa já aparece como sendo de propriedade do capitão Antônio de Pina. Dona Úrsula já havia falecido? Talvez. No registro de batismo não é mencionado o estado matrimonial de Antônio de Pina, mas busquei a referida senhora no livro de óbito da freguesia entre os anos de 1785 a 1809 e não a encontrei. Por certo seu assento de óbito deve ter sido feito em outra freguesia.

Entre 1792 e 1804, a cativa aludida concebe mais seis crias batizadas: Bonifácio, Apolinário, Jacinto, Flora, Bernardina e Precioza (ACDNI-LBEJ). Buscando as dessemelhanças e atentando para os religiosos, que eram os filtros desta sociedade na hora de realizarem os registros paroquias, e agentes que ajudavam a externar a *hierarquia costumeira* (FRAGOSO, 2007), percebe-se a variação no “modo de ver a cativa”. Bonifácio e Apolinário tiveram seus assentos pela pena do vigário Joaquim José de Oliveira e a cativa continua como crioula. No assento de Jacinto, realizado em 22 de maio de 1798 pelo vigário Mariano José de Mendonça, Custódia permanece crioula. O mesmo vigário fez o assento de Flora em 16 de março de 1800 no oratório da fazenda São José do Rato e, desta vez, a mãe da cativa é registrada como parda. Quase dois anos depois nasce Bernardina batizada no mesmo oratório e o mesmo vigário registrou, Custódia permanece como parda. Dois anos depois, nasce Precioza, batizada no mesmo local, e novamente o assento foi feito pelo mesmo vigário, mas,

---

<sup>†</sup> No testamento do sargento-mor dos auxiliares, Manoel José de Abreu, entre suas dívidas orientadas para seus testadores pagarem, ele menciona débito com Dona Úrsula Jacinta de Castilhos e diz que ela assistia sua casa com farinha de mandioca frequentemente. Cf. ACDNI, testamento anexado aos livros de óbitos de Jacutinga, entre os anos de 1785-1809.

desta vez, Custódia deixou de ser parda e recebeu sobrenome, Custódia de Souza (ACDNI-LBEJ).

Os padrinhos dos filhos de Custódia também corroboram a trajetória de êxito que a cativa teve no Recôncavo da Guanabara. Se ela ou seu senhor que escolheu não se sabe, pois, o pai de Antônio de Pina, o comerciante Brás de Pina, em Irajá, no século XVIII, fazia questão de interferir na escolha dos padrinhos de sua escravaria, portanto não se sabe se Antônio de Pina fez como seu pai e escolheu os padrinhos dos filhos de Custódia (FRAGOSO, 2007, p.111). No entanto, a cativa utilizou bem a oportunidade de aparentar-se no momento do batismo para fazer alianças que pudessem, além de interagir e socializar na freguesia, proteger e, quiçá, elevar o *status* de sua família. Prova disto é que, entre 1790 e 1807, foram realizados 47 batismos de escravos do capitão Antônio de Pina, dos quais, entre padrinhos e madrinhas, apenas dez pessoas possuíam títulos de distinção social, como: padre, reverendo, capitão, alferes e Dona. Chama atenção que, desse total, sete apadrinharam os filhos de Custódia (ACDNI-LBJ). Portanto, no seio da escravaria, suas escolhas eram diferentes, realmente a cativa era especial. Entre os padrinhos estavam: um padre, um reverendo e três alferes, além de dois outros sem identificação de *status* social. Enquanto que, entre as madrinhas, duas eram donas, uma santa protetora e em três batismos não consta a presença de madrinhas. Percebe-se que a arraia miúda passava longe das escolhas parentais da escrava.

**Quadro 1- Custódia de Souza: mudanças de cor, batismos dos filhos e apadrinhamentos (Jacutinga 1786-1804)**

Ano	Cores de Custódia	Batismo	Padrinho	Madrinha	Local do batismo
1786-1790	Preta	Francisco Pereira	SI	SI	SI
1792	Crioula	Manoel	Rev. Manoel Santos de Souza	D. Ana Tereza	Matriz de Jacutinga
1794	Crioula	Bonifácio	Rev. Manoel Santos de Souza	Sem	Matriz de Jacutinga
1796	Crioula	Apolinário	Alferes José de Oliveira Souza	Sem	Matriz de Jacutinga
1798	Crioula	Jacinto	Alferes Antônio da Mota Leite	D. Margarida	Matriz de Jacutinga
1800	Parda	Flora	Alferes Antônio José de Abreu	Sem	Oratório da fazenda São José do Rato

1801	Parda	Bernardina	Antônio Joaquim	D. Ricarda Rosa	Oratório da fazenda São José do Rato
1804	“sem cor”	Preciosa	Bento Pereira	Nossa senhora	Oratório da fazenda São José do Rato

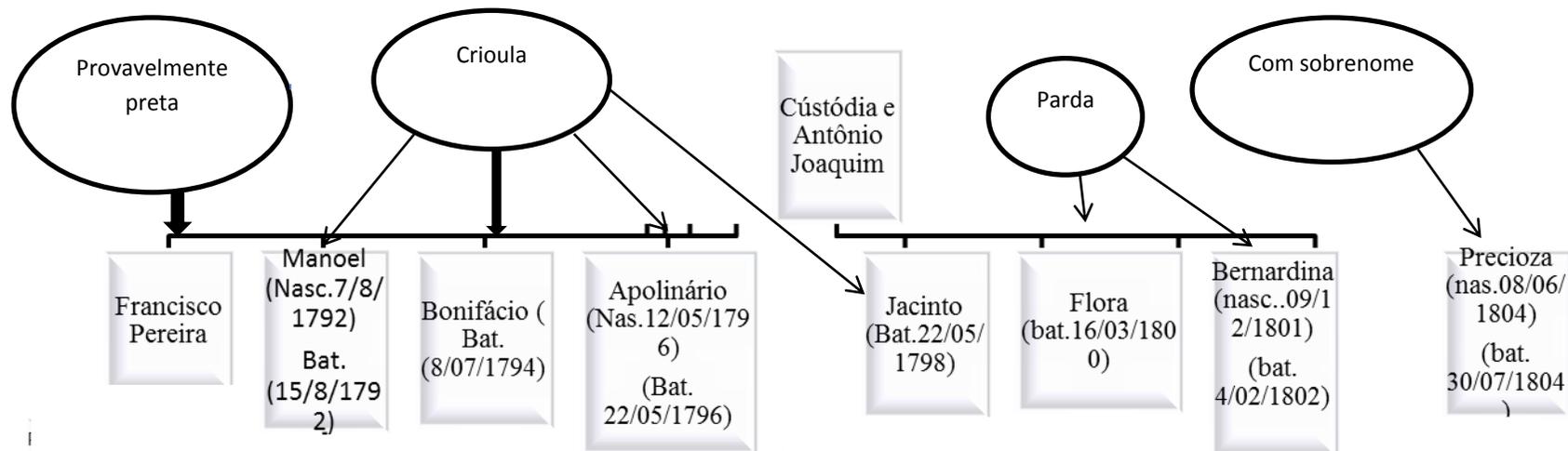
Fontes: Livro de batismo da freguesia de Jacutinga, (1790-1807) ACDNI; Livro de óbitos da Freguesia de Jacutinga, (1785-1809) ACDNI; Testamento do coronel Antônio de Pina anexado no Inventário. ANRJ – Inventários. Fundo: Vara Cível do RJ - Inventariado Antônio de Pina; nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817.  
**Sem identificação= SI**

Enfim, em 18 anos (1786-1804) a cativa conseguiu deixar de ser “preta” e ingressou no rol de pessoas “sem cor” que viviam em Jacutinga. Por certo, os requisitos necessários à mobilidade social em sociedades de Antigo Regime foram cumpridos por ela (HESPANHA, 2005, p.123). Entretanto, não obstante ter cumpridos percursos de mobilidade social, o que de fato, contribuiu para a mudança de cor de Custódia?

Quem sabe a disciplina diária nos engenhos do Capitão Antônio de Pina, ou, talvez, o fato de seu marido ser pardo, afinal, em alguns momentos, os responsáveis pelos registros seguiam a *cor* da família<sup>‡</sup>. Pode ser também que o local do batismo tenha interferido, pois a partir do momento que os filhos de Custódia foram batizados no oratório do engenho de seu senhor, a “cor desapareceu”. Quiçá, o prestígio do capitão tornava seus cativos especiais na freguesia de Jacutinga. Seja como for, certamente a personagem não era uma cativa comum, integrava a *elite da senzala* da família Pina e tudo isso contribuiu para mobilidade social da cativa, além de possíveis outros mecanismos que fizeram parte do *processo* de ascensão social da escrava de Jacutinga, mas que esta pesquisa não conseguiu descortinar.

<sup>‡</sup> Roberto Guedes, pesquisando a Vila de Porto Feliz no interior da capitania de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, percebeu que nas listas nominativas, geralmente, quem fazia o registro associava a cor dos habitantes dos fogos com a do chefe do domicílio. Cf. GUEDES, Roberto. Egressos do cativo. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). Cadernos de Ciências Humanas, Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 489-518.

**Diagrama 1- Filhos de Custódia**



Custódia teve oito filhos, todos com o pardo Antônio Joaquim. Infelizmente, depois do nascimento de Precioza não encontrei a mencionada cativa nos registros de Jacutinga, inclusive no de óbito, somente no testamento de Antônio de Pina, feito em 1815, no qual ela “reaparece” mencionada por seu senhor, mas o mesmo salienta que a cativa havia morrido. Ao que tudo indica, Custódia morreu como cativa, mas a mobilidade social era geracional e, neste sentido, a cativa teve êxito, pois seu legado imaterial ainda ressoava na escravaria do capitão Pina. Além de Francisco Pereira, os demais filhos da cativa receberam a liberdade nas últimas vontades do capitão Antônio de Pina e, também, legados como: dinheiro ou outro cativo. Aliás, convém salientar que, como têm enfatizado a historiografia que aborda as relações familiares e a mobilidade social em sociedades de Antigo Regime, a mobilidade social, geralmente, se processava nos descendentes. Assim, os postulantes à ascensão social deveriam ser “*honestos e justos*”, os filhos principalmente, andar como seus pais andaram (HESPANHA, 2005, pp.123-125). Portanto, o cativo que observasse ao *código moral* salientado, o mover-se socialmente era uma das retribuições dessa *justiça*. Entretanto, a quebra deste *acordo social* requereria sanções para quem assim o fizesse.

Consonante a esta assertiva, em pesquisa sobre o povoado de Felizzano, na península itálica no Antigo Regime século XVIII, Giovanni Levi nos apresentou a trajetória de Francisco Evásio Paolo, órfão e herdeiro de propriedades fundiárias e recebedor de vários empréstimos que seu pai havia concedido aos moradores do povoado, cuidadosamente administrado pelo tio até sua maioridade. Entretanto, quando efetivamente começa gerir a fortuna, escolhe estratégias erradas, não consegue multiplicar os bens e tentar comprar o feudo de Felizzano, o que acarretaria mudanças na vida dos habitantes. Além disso, não mantém a dependência que os habitantes tinham para com sua família através dos empréstimos. Deste modo, o reconhecimento social foi se esvaecendo, originando, conseqüentemente, o desrespeito e a falência (LEVI, 1976, pp.1095-1221). Dito de outro modo, o *código moral* do povoado não foi respeitado por Paolo, por isso a derrocada. Em que pesem as dessemelhanças, que são muitas, esta aparente digressão serve para apresentar as ações do filho de Custódia, Francisco Pereira, pois não soube granjear a *herança material* deixada por sua mãe (LEVI, 2000).

Além de ter recebido a alforria, Francisco Pereira havia ganhado vinte e cinco mil e seiscentos réis nos despojos do capitão Antônio de Pina, mas não andou como sua mãe havia andado e teve suas benesses retiradas pelo senhor que, na *post escripta* da carta testamento, assim deixou:

*Revogo todas as Esmolas dadas a Francisco Pereira, filho de Custódia, e de Antônio Joaquim, e a Florência crioula, por haverem me desmerecido e, por isso, os corri para fora da casa pelo dano gravíssimo que me faziam no meio da família. É, porém, minha última vontade, que as tais esmolos pertencentes aos referidos corridos de minha casa se repartam pelos filhos dos acima declarados, bem estendido a cada filho, ou filhos com igualdade (...) (Testamento de Antônio de Pina)*

De fato, as relações verticais e horizontais estavam calcadas em acordos morais. Desta forma, valores, como: família, fé, reconhecimento senhorial e merecimento suplantavam questões econômicas, sobretudo no que tange ao reconhecimento senhorial que, nesta sociedade, era vital para a mobilidade social. No caso de Francisco Pereira, a conduta dele e da escrava Florência, feriram a família, a *casa* de seu senhor e os “valores cristãos” vigentes naquela sociedade. Infelizmente, não se sabe o que de fato ocorreu, mas algo fez com que as benesses fossem retiradas. Observar a “moral” senhorial era crucial. Com efeito, deve-se ressaltar que, mesmo tendo transgredido um *código moral*, sua alforria não foi revogada, o que corrobora as assertivas de uma parte da historiografia brasileira sobre a inusual prática de revogação de alforrias na sociedade colonial/imperial (FARIA, 2007; GUEDES 2008; SOARES, 2009) .

Enfim, a trajetória de Custódia possibilita percebermos que em áreas rurais, não obstante haver mais obstáculos, também havia possibilidade de mobilidade social para os cativos e seus filhos. Ademais, como alhures, a alforria foi crucial para o bom governo dos senhores nestas paragens. Neste jogo, escravos, livres e libertos, com enorme vantagem para as mulheres, lutavam por diferenciações sociais e, conseqüentemente, reproduziam o sistema tornando-se senhores de escravos.

### **Fontes:**

#### **Arquivo Nacional (ANRJ)**

Testamento do coronel Antônio de Pina anexado no Inventário. Vara Cível do RJ, nº 1990; maço: 2285; ano inicial: 1817.

#### **Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu (ACDNI)**

Testamento de dona Inácia Maria Tavares, anexado ao livro de óbito de livres de Jacutinga (LOLJ-1785-1809)

Livro de óbito de escravos de Jacutinga- (LOEJ- 1785-1809-)

Livro de batismo de escravos de Jacutinga- (LBEJ-1790-1809)

### **Bibliografia**

BARTH, F. *Process and form in Social life*, vol.1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRAGOSO, João. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro*. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*/Manolo Florentino e José Roberto Góes. Civilização brasileira.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c1798-c1850) – Rio de Janeiro: Mauad X Faperj, 2008.

\_\_\_\_\_. Egressos do cativo. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). *Cadernos de Ciências Humanas, Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 489-518.

HESPANHA, Antônio Manuel. *A mobilidade Social na Sociedade de Antigo Regime*. *Rev. Tempo*. vol. 11, nº 21, julho de 2006.

LEVI, Giovanni. “Terra e strutture familiari in una comunità piemontese del700.” IN: *Quaderni Storici*, n. 33, a. XI (3), 1976, pp.1095-1221.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades, negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c.1750- c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.